



**O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO TRABALHO SOCIAL EM  
EMPREENDIMENTOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM  
TERESINA**

**THE PROCESS OF IMPLEMENTING SOCIAL WORK IN THE PROGRAM MY  
HOME MY LIFE IN TERESINA**

**Talita Kelly de Sousa Passos**

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

**Antônia Jesuíta de Lima**

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

**RESUMO**

Este artigo traz resultados de pesquisa de mestrado, do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, da Universidade Federal do Piauí. Tem por objetivo analisar o processo de implantação do Trabalho Social (TS) nos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), no município de Teresina, identificando suas particularidades. O estudo, de abordagem qualitativa, compreendeu pesquisa documental e pesquisa de campo, com realização de entrevistas semiestruturadas com técnicos e gestores dos órgãos gestores do TS na habitação. Utilizou-se a técnica análise de conteúdo para interpretação dos dados. Infere-se que houve um avanço significativo do TS na PNH quando tornou-se obrigatório nessa área, para promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias. Todavia, na atual dinâmica capitalista, constata-se que o mesmo aparece com uma legitimação das ações desenvolvidas nesse campo que, ao invés de promover o direito à cidade amplia as segregações e diferenças.

**PALAVRAS-CHAVE:** Habitação de Interesse Social. Programa Minha Casa Minha Vida. Trabalho Social. Teresina.

**ABSTRACT**

This article presents results of master's research, from the Graduate Program in Public Policies, Federal University of Piauí. It aims to analyze the process of implementation of Social Work (TS) in the projects of the My Home My Life Program (PMCMV), in the municipality of Teresina, identifying their particularities. The study, with a qualitative approach, comprised documentary research and field research, with semi-structured interviews with technicians and managers of TS management bodies in housing. The technique of content analysis for data interpretation was used. It is inferred that there was a significant advance of TS in PNH when it became mandatory in this area, to promote the exercise of participation and social insertion of these families. However, in the current capitalist dynamics, it is observed that it appears with a legitimation of the actions developed in this field that, instead of promoting the right to the city, enlarges the segregations and differences.



**KEYWORDS:** Housing of Social Interest. My Home My Life Program. Social Work. Teresina.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo analisar o processo de implantação do Trabalho Social (TS) nos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) no município de Teresina e suas particularidades, com o intuito de evidenciar o formato assumido pelo TS, o que auxilia na compreensão dos problemas surgidos no desenvolvimento dessa intervenção. Destarte, vislumbram-se os descompassos entre o que é proposto nas normativas do TS e o que é executado, bem como ressalta-se a importância dessa dimensão na Política Nacional de Habitação (PNH).

Parte-se do entendimento que o referido trabalho, além de considerar as normativas específicas e o escopo legal do PMCMV, orienta suas ações sob a ótica dos princípios da PNH, de 2004, que concebe a moradia para além da unidade habitacional e reconhece o direito a cidade. Atualmente, conforme as orientações da Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014, o TS é definido como

[...] um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados. (BRASIL, 2014, p. 5).

As intervenções estatais no campo da habitação de interesse social se estendem desde épocas mais remotas – com o processo de urbanização brasileiro, em meados dos anos de 1950 – reforçando a estratégia dos diversos governos que a adotaram, no que se refere ao amortecimento dos conflitos sociais. Assim, o que se observa sobre o TS no campo da habitação de interesse social, nos tempos atuais do capitalismo, é que ele retrocede em suas ações primeiras, legitimando as ações nesse campo.

Diante dessa compreensão, partindo de levantamento preliminar de dados de pesquisa de pós-graduação, em âmbito de mestrado, identificou-se que, no município de Teresina, o TS contraria alguns pressupostos das normativas vigentes, influenciando o resultado da intervenção.

A pesquisa, de abordagem qualitativa, se realizou entre os anos de 2015 a 2016 e teve como objeto empírico os empreendimentos do PMCMV que contemplaram a faixa salarial de



0 a 3 SM. O processo de pesquisa compreendeu três momentos: o primeiro tratou-se da revisão bibliográfica, que acompanhou todo o processo de pesquisa; o segundo compreendeu o estudo documental de normativas relacionadas à PNH e ao TS, em nível nacional e local, e de documentos relativos à sua implementação (projeto técnico do trabalho social, relatórios e avaliação de pós-ocupação). O terceiro momento da pesquisa envolveu o trabalho de campo, em que a entrevista semiestruturada foi o instrumento principal de coleta de dados junto a sujeitos qualificados: Gestores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e de Habitação (SEMDUH) e da Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (SEMTCAS); Técnicos da SEMTCAS e da SEMDUH, responsáveis pelo acompanhamento do TS realizado por empresas licitadas; Profissionais das equipes técnicas do TS das empresas licitadas.

Como envolve seres humanos, a pesquisa atendeu as exigências das normas da resolução 196/96, datada de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde - CNS, que dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, as respostas dos sujeitos foram coletadas e analisadas de forma fidedigna, portanto, registradas mediante o uso do gravador, após autorização do entrevistado. Para a interpretação dos dados qualitativos obtidos nas entrevistas se utilizou a técnica de análise de conteúdo.

O presente artigo procura elencar os principais dados referentes ao processo de implantação do TS no PMCMV no município de Teresina. Assim, encontra-se sistematizado em duas partes: na primeira, caracteriza-se a implantação do PMCMV em Teresina, e na segunda, caracteriza-se o processo de implantação do TS no PMCMV, através da análise das entrevistas, bem como, com a análise dos Projetos Técnicos do Trabalho Social (PTTS) e dos relatórios de execução do TS.

## 2 O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM TERESINA

O Piauí recebeu os primeiros recursos do PMCMV em 2009, que somavam, em 2012, R\$1.696.138.048,84, envolvendo 169 dos 224 municípios. Desse montante, R\$ 1.038.580.774,66 (61,32%) se destinavam a Teresina. Foram construídos, no Estado, 413 empreendimentos, com 41.369 unidades habitacionais (BRASIL, 2012). Destas, 86,2% se concentraram na Faixa 1; 9,5%, na Faixa 2; e 4,2% na Faixa 3, conforme expressa a Tabela 9.

**Tabela 1 – Empreendimentos e unidades habitacionais financiadas pelo PMCMV por faixa de renda. Piauí/Teresina. 2009-2012**

# II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



Unidade territorial	Faixa de Renda (SM)						Total Geral	
	0 – 3		3 – 6		6 – 10		Empreendimento	UHs
	Empreendimento	UHs	Empreendimento	UHs	Empreendimento	UHs		
Piauí	368	35.66	34	3.95	11	1.74	413	41.369
Teresina	28	14.65	25	3.25	11	1.74	64	19.660
Demais municípios	240	21.01	9	698	-	-	349	21.709

Fonte: Brasil (2012).

Assim como no Estado, a maior parte dos recursos investidos em Teresina pelo PMCMV foi direcionado à Faixa 1 (que percebe de 0 a 3 SM).

Existe uma distribuição espacial diferenciada entre os empreendimentos das três faixas, observando-se que os que envolvem famílias com 1 a 3 SM estão majoritariamente localizados nas Zonas de expansão da cidade: Norte, Sudeste e Sul.

A localização desses empreendimentos do PMCMV reforça a segregação socioespacial, considerando que estão situados nas franjas da cidade, sem a infraestrutura e os serviços públicos necessários às demandas dos moradores. Inúmeras deficiências são apontadas pelos moradores do PMCMV nas reportagens dos jornais locais, entre elas, com destaque para os problemas estruturais, sobretudo, a inexistência de equipamentos públicos, conforme informa o Portal 180 graus, de 29 de setembro de 2012: “[...] não há posto de saúde e nenhuma quadra de esportes, praça ou área de lazer para a população” (SOUSA, 2012).

Outra constatação se refere à ausência ou precariedade dos serviços públicos, como o de transporte coletivo, conforme destaca reportagem do Portal Meio Norte.com, de 11 de abril de 2012, sobre o residencial Sigefredo Pacheco:

[...] duas empresas operaram a linha que transporta os moradores do bairro para o centro de Teresina, mas são velhos, são em pequeno número, insuficientes para atender a demanda e param de circular às 21h deixando sem transporte os universitários e estudantes do ensino médio que estudam durante a noite (RIBEIRO, 2012).

As precárias condições de moradia desses empreendimentos colocam em discussão os próprios pressupostos da política de garantir o direito à moradia, assim como o desempenho do TS que tem como objetivo contribuir para a melhoria da qualidade de vida das famílias e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados.

As equipes do TS são treinadas para trabalhar com as inúmeras dificuldades apontadas, sobretudo aquelas relativas à inserção social e urbana das famílias, sua atribuição primordial,



devendo dispor de profissionais capacitados, dotados de grande corpo teórico que possibilite a compreensão de fenômenos emergentes. Sobre isso, Lima (2008, p. 227) assim se pronuncia:

Com os novos formatos institucionais de participação da sociedade na formulação e implementação das políticas, além do aprofundamento da questão social, tem se exigido dos profissionais envolvidos nos projetos urbanos um corpo teórico cada vez mais sofisticado, que lhe permita compreender os fenômenos emergentes, como a nova segregação [...]. A intrincada trama social que preside as urbes urbanas (suas redes, atores com interesses díspares, fragmentação social etc.), as novas configurações da pobreza e das desigualdades sociais, bem como as demandas urgentes por uma outra ordem, sem esquecer das transversalidades e inter-relações entre o espaço local e regional, o nacional e o global, tornam mais complexas a dinâmica cidadina (LIMA, 2008, p. 227).

Lima (2008) ressalta ainda a importância de acúmulo de conhecimentos sociológicos que possibilitem entender os arranjos participativos e deles apreender a dinâmica dos mecanismos de mediação de interesses entre a sociedade civil e o Estado. Tais ações exigem uma reflexão sob a ótica das novas práticas de deliberação pública, que venham a criar espaços e novas estratégias de participação social, possibilitando, dessa forma, laços de pertencimento à cidade.

### 3 O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO TRABALHO SOCIAL EM EMPREENDIMENTOS DO PMCMV

Para a implantação do TS em empreendimentos do PMCMV em Teresina, a prefeitura designou a Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (SEMTCAS) como órgão gestor, medida que pode ter sido tomada pelo fato de este órgão ser responsável pelo Cadastro Único, conforme relato de uma técnica do órgão (informação verbal)<sup>1</sup>.

Por outro lado, de acordo com a atual coordenadora de habitação da SEMDUH que acompanhou o processo de implantação do PMCMV em Teresina, no início do TS nos empreendimentos não havia uma Secretaria de Habitação no município, o que existia era apenas gerências de habitação nas SDUs, o que pode explicar a designação dessa atribuição à SEMTCAS (informação verbal)<sup>2</sup>.

Em Teresina, embora o PMCMV tenha sido implantado em 2009, o processo de execução do TS iniciou-se apenas em 2012, por meio de processo licitatório, aberto pela

<sup>1</sup> Técnica da SEMTCAS [out. 2016]. **Entrevista 1**. Entrevistadora: Talita Kelly de Sousa Passos. Teresina, 2016. Arquivo mp3 (40 min e 27 seg.).

<sup>2</sup> Coordenadora de Habitação da SEMDUH. [dez. 2016]. **Entrevista 2**. Entrevistadora: Talita Kelly de Sousa Passos. Teresina, 2016. Arquivo mp3 (20 min e 17 seg.).



# II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



SEMTCAS, em 7 de maio de 2012, com a modalidade concorrência, com prazo de execução de 180 dias (06 meses), conforme edital nº 05/2012. Previa o investimento de R\$ 1.183.505,29 nos empreendimentos Vila Nova, Teresina Sul I e II, Tabajaras e Bem Viver (TERESINA, 2012), distribuídos, conforme expressa a tabela 12.

**Tabela 2 – Valor do investimento na primeira etapa do TS**

Nº	Empreendimento	Valor (R\$)
1.	Vila Nova	270.282,04
2.	Teresina Sul II	227.493,13
3.	Teresina Sul I	277.493,13
4.	Tabajaras	82.680,73
5.	Bem Viver	325.556,26
TOTAL		1.183.505,29

Fonte: Teresina (2012).

Em entrevista com uma técnica da SEMTCAS que participou da elaboração dos Termos de Referência da licitação do TS e acompanhou o processo de implantação dessa ação, foi revelado que o TS no programa era entendido pela Prefeitura e pela CEF como uma ação da Política de Assistência Social, pelo simples fato de se tratar de trabalho social, o que acabou direcionando essa ação ao órgão gestor dessa última área. De acordo com a técnica da SEMTCAS, realizou-se uma tentativa de mostrar à gestão que não era papel daquela secretaria citada realizar tais ações, tendo em vista que suas atribuições não eram afetas à área.

Nós, técnicos, já recebemos essa incumbência de que iríamos executar o processo de seleção e como a SEMTCAS já estava com o processo de seleção das famílias e quando se fala de trabalho social quem não compreende a diferença entre trabalho técnico social e política de assistência social acaba colocando dentro do mesmo rol. Então, em decorrência disso, a própria Caixa Econômica, eu lembro demais ela tinha uma tendência muito forte a querer que os CRAS, a querer que os CREAS, assumissem essa responsabilidade no período; então, a gente sentiu um pouco essa pressão mesmo da gestão e da própria Caixa Econômica em relação a essa questão. Não de todos os componentes da Caixa Econômica, tem o pessoal que é responsável pela GIDUR, pela gerência de desenvolvimento lá, que é quem acompanha o trabalho técnico social, entendia que aquela não era função da SEMTCAS, mas aí como o processo de seleção já estava lá, então parece que era natural que a gente também tivesse que assumir o trabalho técnico social (Técnica da SEMTCAS).

Apesar de o TS ser coordenado pela SEMTCAS, houve discussão interna para a contratação de empresa para a sua execução, considerando que a secretaria não tinha técnicos suficientes para essa demanda, conforme esclarece a técnica entrevistada,

Nossa defesa na época era que a Política de Assistência Social não tivesse que cuidar das condições de habitação; nós tínhamos uma luta muito grande, inclusive, internamente, nós técnicos e gestão, porque nós entendíamos que aquele processo não era para estar dentro da SEMTCAS, nem o processo de seleção das famílias, nem o processo de trabalho técnico social, que nós estávamos nos desvinculando da nossa missão institucional e do nosso objeto de trabalho, que é a Política de Assistência

# II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

*"Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas"*

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



Social, embora ela mantenha uma relação e precisa, inclusive, porque o trabalho que é feito pelas equipes da Assistência Social, ele precisa também do acesso aos serviços de outras políticas, mas precisar do acesso não quer dizer que é assumir responsabilidade das outras políticas públicas. Então, nós tínhamos internamente, essa discussão muito forte, mas é uma decisão de gestão, foi uma decisão maior, nós não conseguimos nos contrapor por mais argumentos que os técnicos daquela secretaria apresentassem e aí não foi só eu, mas as demais pessoas nos circuitos de decisão e discussão sobre essa perspectiva de assumir o trabalho no Minha Casa Minha Vida, os demais técnicos não tiveram forças suficientes para barrar esse processo [...]. Então, nós conseguimos convencer que esse trabalho ficasse com uma empresa contratada, inclusive, nós fizemos algumas pesquisas e vimos que outros municípios, em outros estados, eles também estavam optando por essa questão da contratação (Técnica da SEMTCAS).

Considerando a fala da técnica, observa-se que o TS previsto para ser executado se deparou com as próprias contradições e limitações do Programa. Este último foi implementado sob o discurso de atender as metas da PNH com a construção massiva de moradias, atendendo o segmento populacional de menor renda e reduzir o déficit habitacional, em um tempo relativamente curto, conforme ressalta Amore (2015). Entretanto, observa-se que essa rapidez não possibilitou que o PMCMV pudesse ser implementado requerendo dos municípios uma estruturação mínima para atender suas exigências, sobretudo, de execução do TS, que já se inicia comprometido.

Conforme ressaltado pela técnica, o próprio agente financeiro do programa exigia que a execução do TS ficasse sob a responsabilidade do órgão gestor da Política de Assistência Social, tendo em vista, a indefinição, à época da implantação, de um setor específico para a gestão desse trabalho. Não se demonstrou uma preocupação com a eficácia do TS que, segundo os parâmetros legais, visa à participação e a inserção social dos beneficiários. Os fatos mostram, além do despreparo, do agente gestor, uma visão estritamente burocrática e de controle dos recursos, do órgão financiador, a CEF.

Em entrevista, a titular da pasta da Assistência Social, à época de deflagração desse processo, apontou um fator favorável para a contratação da empresa: a burocracia da administração pública. Como o TS requer um prazo para ser desenvolvido, a lentidão nos processos administrativos poderia resultar em atrasos, considerando a exigência de realização da licitação para aquisição de materiais. Ademais, ainda havia outro fator limitador: o fato de os recursos destinados ao TS para o pagamento de pessoal não poderiam ser utilizados para pagamento dos servidores da SEMTCAS. De acordo com o depoimento da gestora à época, observa-se que o próprio programa já direciona a execução do TS para a contratação de empresas. O tempo previsto para a execução da ação é tão curto que atividades realizadas pelo órgão estatal que dependem de processos licitatórios não atenderiam aos prazos estipulados pelo Ministério das Cidades.

# **II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas**

**“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”**

**20, 21 e 22 de junho de 2018**

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



Para a abertura do processo licitatório, os profissionais da SEMTCAS, responsáveis pelo TS, reuniram-se, à época, com a Gerência de Desenvolvimento Urbano da CEF (GIDUR/CEF), atual Gerência de Habitação (GIHAB/CEF), para obter orientações sobre o TS. A CEF esclareceu as principais ações nas quais o TS deveria se concentrar e, com base nelas, a SEMTCAS elaborou o Termo de Referência da licitação.

De acordo com a técnica da SEMTCAS entrevistada, antes da execução das atividades pela equipe técnica do TS da empresa, a Prefeitura já havia iniciado as atividades mediante a aprovação do Projeto Preliminar e a seleção das famílias. A empresa vencedora, após a licitação, deveria elaborar o Projeto Técnico definitivo, tendo por base o elaborado pela Prefeitura, acrescentando e detalhando informações, inclusive, de caracterização do empreendimento e das famílias beneficiárias.

A implantação do TS nos empreendimentos do PMCMV, em Teresina, não seguiu as normativas vigentes, considerando que se iniciou quando as famílias já ocupavam as residências. De acordo com a ex-gestora da SEMTCAS, somente quando as obras estavam em estágio avançado ou quando já estão finalizadas é que a CEF solicitava à Prefeitura a seleção da demanda dos beneficiários. Foi o que ocorreu com a primeira etapa do TS no PMCMV, gerando um acúmulo de demandas para a SEMTCAS.

O acompanhamento da SEMTCAS à empresa vencedora da licitação se dava por meio de uma técnica, com formação em psicologia que, além de acompanhar os relatórios das atividades comparecia a reuniões realizadas nos empreendimentos. Convém ressaltar que a equipe da SEMTCAS se constituía de apenas dois profissionais para o TS: uma técnica para elaboração dos Termos de Referência e uma técnica para acompanhamento da equipe do TS da empresa, conforme relato da Gestora da SEMTCAS, à época.

Consoante às informações disponibilizadas pela coordenadora da empresa, a equipe do TS orientou suas ações em consonância com o Caderno de Orientações Técnico Social (COTS), da CEF. No curso desse processo de implantação do TS em empreendimentos do PMCMV em Teresina foi criada pela Lei Complementar nº 4.359, de 22 de janeiro de 2013, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEMDUH), para a qual foi transferida a gestão do TS.

Conforme depoimento da técnica da SEMTCAS ocorreram várias reuniões institucionais para o repasse de informações e documentos. Como a liberação dos recursos realizava-se diretamente da CEF para a SEMTCAS, ficou acordado entre os gestores, que, após a aprovação dos relatórios das atividades do TS pela CEF, a SEMTCAS prestaria contas com a SEMDUH para posterior transferência de recursos à empresa licitada.



# II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

*“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”*

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



À SEMDUH coube o acompanhamento do TS e, posteriormente, a gestão desse trabalho em outros empreendimentos. A atual diretora da Coordenação Especial de Habitação e Regularização Fundiária da SEMDUH já ocupava o cargo no período em que ocorreu a transição das atividades do TS da SEMTCAS para a SEMDUH. Conforme informações da entrevistada, não foi sequer discutida a possibilidade de a SEMDUH assumir a execução do TS, uma vez que a secretaria recém-instituída não tinha recursos humanos suficientes para atender tal finalidade.

O acompanhamento do TS pelas empresas contratadas é realizado atualmente pela SEMDUH, por uma técnica com formação em Serviço Social, a qual conta com o apoio de outros profissionais da instituição e assistentes sociais das SDUs.

Após a finalização do TS nos 5 primeiros empreendimentos, outra licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº 003/2014 – SEMDUH, foi realizada, para a execução do TS em mais dois empreendimentos do PMCMV (Residenciais Miriam Pacheco e Cidade Sul), com o valor de investimento de R\$ 240.492,00 (TERESINA, 2014; TERESINA, 2014a), por um período de um ano. A equipe de execução do TS da empresa foi composta por duas assistentes sociais – uma coordenadora e uma executora, uma socióloga e um pedagogo (TERESINA, 2014, 2014a).

Nessa etapa do TS, que já seguia as orientações da Portaria nº 21/2014-MCidades, também houve atraso quanto ao início das atividades. Assim como ocorrera na etapa anterior, a equipe da Prefeitura realizou a inscrição e a seleção de famílias, mediante aprovação pela CEF de um projeto preliminar.

Observa-se que a realização do TS misto, iniciado pela prefeitura e executado e concluído pela empresa, causa uma verdadeira confusão no acompanhamento das famílias beneficiárias, conforme já ressaltado por Paz (2015). A primeira equipe que as famílias têm contato são funcionários da prefeitura, de forma muito superficial e, posteriormente, são acompanhados pela equipe da empresa terceirizada, que acaba criando vínculos com os beneficiários. Após o término desse trabalho, as famílias perdem o contato com a equipe de referência e não sabem a quem se dirigir após a finalização desse trabalho no empreendimento.

Com a finalização da licitação do TS, conforme evidenciado pela técnica da SEMDUH, iniciou-se a execução do TS pela empresa licitada. O primeiro produto foi a elaboração do PTS, que também acrescentou e detalhou o PTS-Preliminar, elaborado anteriormente pela equipe da SEMDUH.

Dentre as dificuldades apontadas pelas duas empresas que executaram o TS, cita-se a aproximação com a CEF no início das atividades do TS no acompanhamento dos relatórios. Os primeiros relatórios de atividades elaborados pelas empresas eram devolvidos pelo agente



financeiro para correção e/ou alteração e as técnicas das empresas como não tinham contato direto com o profissional da CEF não conseguiam contemplar todas as alterações exigidas por esta última. É que as Gerências de Habitação da CEF recebem instruções para manter relação direta com o agente público proponente, evitando contato com as empresas contratadas para a execução do TS, o que causou ainda mais atrasos nesse processo.

A padronização realizada nas ações do TS, por meio das normativas instituídas pelo MCidades, acaba tornando a CEF em uma espécie de controle à equipe técnica do TS, conforme ressalta Pimentel (2012), que limita suas ações aos eixos previstos e se torna vulnerável, à medida que não leva em consideração os avanços na trajetória histórica desse trabalho na habitação.

Observa-se um retorno ao aspecto conservador e administrativo na concepção do TS na contemporaneidade. Apesar de a PNH reafirmar o direito à moradia e a cidade e, assim, o TS ser concebido a partir de uma perspectiva de inserção social e participação das famílias beneficiárias dos programas de habitação, depara-se com ações burocráticas dos agentes envolvidos nesse processo, transformando as propostas de sustentabilidade do empreendimento à adesão dos moradores ao novo local de moradia.

## 4 CONCLUSÕES

Diante de todos esses impasses e contrariando as normativas vigentes, a implantação do TS nos empreendimentos citados, ocorreu na fase de pós-ocupação. Apesar de a equipe da Prefeitura ter realizado as atividades de seleção das famílias, elaborado o PTS Preliminar e a assinatura do contrato com as famílias beneficiárias, não foram realizadas as ações específicas referentes ao período de obras. Desde a implantação e início das atividades pertinentes ao TS nos empreendimentos do PMCMV em Teresina, em 2012, observa-se uma fragilidade em atender os objetivos desse trabalho, propostos nas normativas, especificamente em promover a participação da população beneficiária, nos processos de decisão, implantação e manutenção dos bens e serviços, a fim de adequá-los às necessidades e à realidade local.

Destarte, a própria população só passa a conhecer a realidade que enfrentará com a aquisição da casa própria quando passa a residir nos residenciais ou condomínios, considerando que não houve um trabalho de preparação para a nova moradia ou mesmo um incentivo à organização e mobilização comunitária. Esse trabalho antecipado possibilitaria aos novos moradores, de início, acompanhar todo o processo de construção e implantação dos

# II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



empreendimentos, de colocar suas insatisfações sobre espaços coletivos inexistentes nos residenciais (aqui reforçamos que nos dois empreendimentos estudados não existiam áreas de uso coletivo), sobre serviços e equipamentos públicos que deveriam ser pensados no momento de elaboração do projeto de obras.

Desta forma, o TS nos empreendimentos do PMCMV na capital do Piauí já se inicia dificultando a gestão das ações sociais necessárias para a identificação, encaminhamento e resolução de problemas no processo construtivo ou de manutenção referentes ao empreendimento, em articulação com a construtora e os entes públicos, de acordo com as respectivas competências.

As negociações e interferências durante o período de obras poderiam minimizar os impactos negativos da mudança. Essa população que é transferida de áreas - que mesmo não apresentando condições dignas de moradia ou residindo em casa que não são suas legalmente - possuíam vínculos comunitários e sentimento de pertencimento. O TS seria imprescindível nesse processo inicial, sobretudo, para fortalecer a identificação das famílias com o novo local de moradia e a criação de novos vínculos comunitários.

Apenas quando os empreendimentos são finalizados, reconhecem-se os prejuízos gerados e os moradores já penalizados por se deslocarem para as franjas da área urbana ainda se deparam com a total ausência de serviços públicos, situação que poderia ter sido atenuada se o TS tivesse iniciado anteriormente oferecendo suporte no processo de organização dos beneficiários para se mobilizarem em torno dessas demandas.

Em síntese, o processo de implantação do TS nos empreendimentos do PMCMV em Teresina foi realizado para atender aspectos burocráticos do agente financeiro e deixou de lado elementos fundamentais, pressupostos do TS, especialmente, a participação dos beneficiários em todas as etapas desse trabalho.

## REFERÊNCIAS

AMORE, C. S. Minha Casa Minha Vida para Iniciantes. In: AMORE, C.S; SHIMBO, L.Z; RUFINO, M.B.C.R. (Orgs). **Minha Casa... E a Cidade?** Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p.11-27.

Disponível em:

<[http://www.observatoriodasmetrololes.net/images/abook\\_file/mcmv\\_nacional2015.pdf](http://www.observatoriodasmetrololes.net/images/abook_file/mcmv_nacional2015.pdf)>.

Acesso: 14 mar. 2016.

BRASIL. CAIXA ECONOMICA FEDERAL. **Caderno de Orientação Técnico Social.**

Brasília, 2013. Disponível em:

# II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



<[http://portal.cnm.org.br/sites/6700/6745/caderno\\_de\\_orientacao.pdf](http://portal.cnm.org.br/sites/6700/6745/caderno_de_orientacao.pdf)>. Acesso em: 1 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Empreendimentos do PMCMV contratados no Piauí.** 2012. Período 2009-2012.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIOS DAS CIDADES. **Portaria n° 21, de 22 de janeiro de 2014.** Aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Disponível em:

<[http://www.habitacao.sp.gov.br/casapaulista/downloads/portarias/portaria\\_21\\_01jan\\_22\\_2014\\_manual\\_inst\\_trabalho\\_social.pdf](http://www.habitacao.sp.gov.br/casapaulista/downloads/portarias/portaria_21_01jan_22_2014_manual_inst_trabalho_social.pdf)>. Acesso em: 3 jan. 2017.

LIMA, A.J. Intervenções Urbanas e o desafio do TS na contemporaneidade. GOMES, M. F. C. M; FERNANDES, L.L.; MAIA, R. S. (Org.). **Interloquções Urbanas:** cenários, enredos e atores. Rio de Janeiro: Arco-íris, p. 217-236, 2008.

PAZ, R. D. O. **Relatório Final da Pesquisa Avaliação do TS e dos impactos na vida das famílias no PMCMV:** município de Osasco/SP. PUC-SP, 2015. Disponível em:

<[https://blu181.mail.live.com/?tid=cmwWgnwE9M5RGZedjTheZgtA2&fid=flsearch&paid=cmstpuA0J\\_5RGVvyxZ5UQN0A2&pad=2015-10-30T20%3A08%3A42.620Z&pat=2&pidx=3&srch=1&skws=%5Ba.je.1%5D&sdr=4&satt=0&scmp=a.je.1%3Da.je.1%2540uol.com.br](https://blu181.mail.live.com/?tid=cmwWgnwE9M5RGZedjTheZgtA2&fid=flsearch&paid=cmstpuA0J_5RGVvyxZ5UQN0A2&pad=2015-10-30T20%3A08%3A42.620Z&pat=2&pidx=3&srch=1&skws=%5Ba.je.1%5D&sdr=4&satt=0&scmp=a.je.1%3Da.je.1%2540uol.com.br)>. Acesso: 15 mar. 2016.

PIMENTEL, J. R. O Trabalho Social no contexto da atual Política Nacional de Habitação: a difusão de um modelo e as implicações para o exercício profissional do assistente social. **Convergência Crítica**, v. 1, n. 1, p. 1-34, 2012.

SOUSA, J. PORTAL 180graus. **Moradores do Residencial Sigefredo Pacheco cobram áreas de lazer.** 29/09/2012. Disponível em: <<http://180graus.com/noticias/moradores-do-residencial-sigefredo-pacheco-cobram-areas-de-lazer-563873.html>>. Acesso: 9 jun. 2016.

RIBEIRO, E. MEIO NORTE. COM. **Residencial Sigefredo Pacheco está com ruas invadidas pelo mato e pela lama.** 11/04/2012. Disponível em:

<<http://www.meionorte.com/blogs/efremribeiro/residencial-sigefredo-pacheco-esta-com-ruas-invadidas-pelo-mato-e-pela-lama-205001>>. Acesso: 9 jun. 2016.

TERESINA. Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos. Comissão Permanente de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia. **Tomada de Preços n.º 26/2012 (relançamento).** Contratação de serviços referente ao trabalho técnico social para conjuntos habitacionais minha casa minha vida. Teresina, 2012. Disponível em:

<[http://srvapp.tce.pi.gov.br/licitacao/lcw\\_muralfinalizadacon.do?evento=y](http://srvapp.tce.pi.gov.br/licitacao/lcw_muralfinalizadacon.do?evento=y)>. Acesso em: 20 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação. **Projeto de Trabalho Social Residencial Cidade Sul.** Teresina, 2014.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação. **Projeto de Trabalho Social Residencial Mirian Pacheco.** Teresina, 2014a.